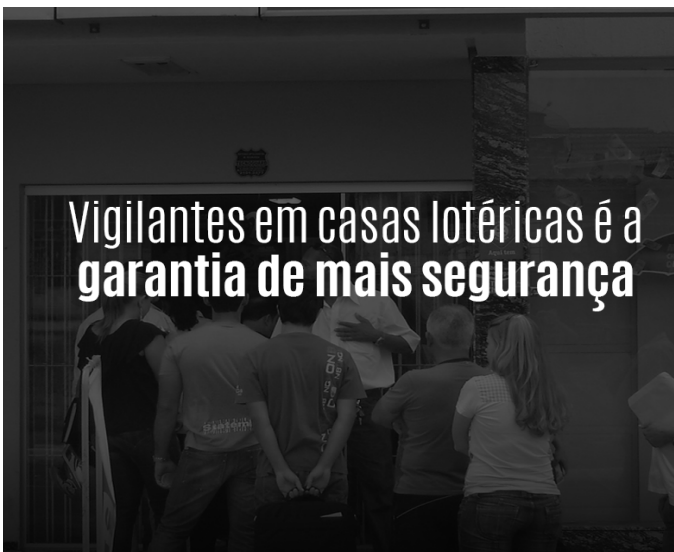




AGORA É LEI! AGÊNCIAS LOTÉRICAS TERÃO VIGILANTES



As casas lotéricas deverão contratar serviços de vigilância armada para proteção de funcionários e usuários dos serviços. É o que estabelece a Lei 5.964/17, de autoria do deputado Chico Vigilante, decretada pela Câmara Legislativa.

De acordo com a Lei, os estabelecimentos lotéricos deverão manter ao menos um vigilante de prontidão durante todo o horário de funcionamento.

“Felizmente, a Câmara Legislativa deu um belo exemplo não só para os vigilantes e trabalhadores lotéricos que já lutavam por

isso, mas principalmente para a população que fica vulnerável aos ataques quando realizam serviços financeiros em locais que não dispõem de segurança alguma”, comentou Chico Vigilante.

A Lei 5.964/17 também representa uma pauta importante para os trabalhadores do ramo da vigilância privada ao impulsionar a geração de emprego e de renda.

Na prática, as casas lotéricas se tornaram correspondentes bancários há algum tempo. Por meio delas, o cidadão paga contas e realiza saques em dinheiro, gerando grande movimentação de recursos.

“Tem cidades que só têm lotéricas. Elas fazem toda a função de um banco, precisam obedecer a Lei 7.102/83, que obrigada a presença de um vigilante”, completou.

De acordo com a Lei decretada, a fiscalização caberá à Agência de Fiscalização do DF (Agefis) e as penalidades previstas vão desde a advertência até a interdição do estabelecimento.

Fonte: Portal Chico Vigilante

Homens assaltam Correios e levam arma de vigilante



Dois homens assaltaram uma agência dos Correios

Dois homens assaltaram na última sexta-feira (25), uma a agência dos Correios, localizada em Cruz do Espírito Santo, na Zona da Mata paraibana.

De acordo com o tenente coronel Campos, comandante do 7º Batalhão, os suspeitos chegaram ao estabelecimento em um moto de modelo Honda Bros, de cor preta, e sem capacetes. Eles levaram dinheiro e a arma do vigilante.

Há informações que roubaram também celulares dos funcionários. A quantia subtraída pela dupla ainda não foi informada pelos Correios.

Nesse momento, várias viaturas da Polícia Militar estão em diligências para tentar localizar e prender os suspeitos.

Fonte: MaisPB

Família procura vigilante desaparecido há dois meses



Informações no número (81) 98538-8627.

Familiares estão em busca do vigilante Ivanildo Inácio Filho, de 56 anos, que desapareceu há dois meses.

Ele saiu de casa, no bairro de Jardim Prazeres, em Jaboatão dos Guararapes, no

Grande Recife, para visitar uma filha que mora no município de Água Preta, na Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Segundo informações da filha, ele ficou sozinho em casa em um dia, e quando voltou ele havia sumido.

O vigilante já foi procurado em hospitais, em outros municípios e no Instituto de Medicina Legal (IML), mas a família não teve mais notícias. Os parentes estão preocupados, também, porque ele tem problemas mentais e precisa usar medicamentos controlados. O caso foi registrado na Delegacia de Água Preta, e quem tiver informações pode ligar para (81) 98538-8627.

Fonte: Portal UOL

Em reunião na STTU, Sindsegur cobra pagamentos em dia



Diretoria Sindsegur durante reunião

Na manhã da última quinta-feira (24) a diretoria do Sindsegur se reuniu com a secretária Elequicina Maria dos Santos, da STTU (Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana).

Na ocasião o sindicato cobrou providências em relação a pagamento dos salários atrasados dos vigilantes da Interfort.

“São dezesseis trabalhadores que estão sem receber seus salários. Se a empresa não pagar aos vigilantes o contrato poderá ser

cancelado, pois há documentação pendente junto à STTU”, explica o coordenador geral do Sindsegur, Francisco Benedito (Bené).

Ele acrescenta que a secretária ainda não fez o devido repasse por causa da pendência da Interfort em regularizar tal situação.

“Estamos de olho e vamos encaminhar todas as formas de luta para fazer valer todos os nossos direitos”, concluiu.

Fonte: Sindsegur

Adesões ao PDVE agravam situação de agências da Caixa na base de Cornélio Procópio (PR)



A Caixa Econômica Federal conseguiu a adesão de 11 empregadas e empregados ao PDVE (Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário) que atuavam na base territorial do Sindicato dos Bancários de Cornélio Procópio.

Com isto, segundo Elizeu Marcos Galvão, presidente do Sindicato dos Bancários de Cornélio Procópio, as condições de trabalho e de atendimento, já precárias, ficarão agravadas devido à falta de pessoal.

“Na primeira etapa do PDV saíram vários funcionários e a Caixa não repôs nenhuma dessas vagas até agora. Para piorar, mais estes 11 seguem o mesmo caminho, gerando maior sobrecarga de trabalho e demora no

atendimento aos clientes e usuários”, critica.

Elizeu conta que a situação está mais delicada nas unidades de Cornélio Procópio e de Bandeirantes, onde a demanda é muito além do que suporta o reduzido quadro. Nestas agências houve, respectivamente, cinco e três adesões ao PDVE.

“Vamos cobrar da Superintendência Regional da Caixa providências antes que o caos se instale nestas agências, levando em conta que a dotação não permite a ninguém ficar doente ou mesmo sair de férias, porque todos já estão sobrecarregados e sem condições de substituir os outros”, denuncia.

Fonte: [Contraf-CUT](#)

Como a privatização da Eletrobras pode afetar sua conta de luz



Uma das empresas subsidiárias da Eletrobras, a Furnas opera doze usinas hidrelétricas

São 233 usinas de geração de energia, incluindo Furnas - que opera 12 hidrelétricas e duas termelétricas - e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), além de seis distribuidoras, todas na região Norte e Nordeste, e 61 mil quilômetros de linhas de transmissão, metade do total do país e o suficiente para dar uma volta e meia no planeta.

Privatizar a companhia, dizem especialistas consultados pela BBC Brasil, pode ser um passo importante para que ela ganhe eficiência. A Eletrobras registrou prejuízos reiterados entre 2012 e 2015 e hoje tem uma dívida de quase R\$ 40 bilhões. A situação financeira de algumas das empresas, especialmente das distribuidoras, é bastante frágil, afirmam economistas e engenheiros.

Além disso, eles acrescentam, seria um caminho para que a estatal deixasse de ser usada como instrumento do “toma lá dá cá” político. Hoje, de forma geral, são os partidos à frente do Ministério de Minas e Energia que nomeiam os cargos mais altos das principais empresas.

Por outro lado, a desestatização poderia ser melhor discutida, construída de forma mais estratégica. No contexto em que foi

anunciada, dentro de um pacote que contabiliza 57 privatizações, a motivação do governo parece ser o rombo nas contas, ponderam alguns especialistas. O potencial de arrecadação apenas da estatal de energia é de R\$ 20 bilhões, conforme as estimativas do Ministério da Fazenda.

“O governo está querendo vender a Eletrobras para tapar um buraco conjuntural”, afirma Nivalde de Castro, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ).

Para ele, que é coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) do IE-UFRJ, a estatal não precisaria ser privatizada para ter uma gestão profissional, mais eficiente e para se desvencilhar do “sequestro político”.

O economista cita como exemplo nesse sentido o caso da Petrobras, que, hoje sob nova direção, vem conseguindo reduzir seu nível de endividamento e apresentar resultados cada vez melhores.

Já Dorel Soares Ramos, professor do Departamento de Energia Elétrica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), avalia que, “se bem feita”, a privatização seria “virtuosa”. “Mas ela poderia ter sido mais bem pensada. O motivo principal parece ser cobrir o déficit público”, ressalva.

Concentrar ou dividir

Um indício nesse sentido seria o próprio modelo escolhido pelo governo, relativamente simples, que prevê a desestatização de toda a holding através de novas emissões de ações. “Isso mostra que ele tem pressa”.

Em sua avaliação, o ideal seria privatizar a Eletrobras por partes, à semelhança do que foi feito com a Companhia Energética de São Paulo (CESP) em meados dos anos 1990 pelo então governador Mário Covas (PSDB) - processo que Ramos acompanhou de perto, já que trabalhou na empresa por 18 anos. “Em alguns casos, faria sentido inclusive você fatiar a empresa, como no caso de Furnas, que é muito grande.”

Hoje, o governo federal detém 60% das ações da estatal. A União é dona de 41% e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto com seu braço de participações, o BNDESPar, de outros 19%.

O plano inicial, conforme a divulgação feita na quarta-feira, é diminuir essa participação emitindo novas ações. Com um volume maior de papéis, a fatia do setor público seria diluída e a companhia, capitalizada.

De um lado, segundo o governo, o modelo procuraria evitar que o controle da companhia ficasse nas mãos de apenas um grupo, mas esse é um risco que ainda não pode ser descartado, avalia o especialista.

Os principais interessados no negócio - as empresas europeias e chinesas do setor -, dificilmente aceitariam compartilhar a gestão.

“Os chineses não gostam de nada pulverizado”, acrescenta João Carlos Mello, presidente da Thymos, consultoria que atua no setor, referindo-se ao caso recente da CPFL Energia. No segundo semestre de 2016, a chinesa State Grid, maior empresa do setor elétrico do mundo, comprou a fatia de 23% que a Camargo Correa detinha na companhia.

Nos meses que se seguiram, a estatal chinesa foi adquirindo participações de minoritários até que, em janeiro deste ano, tornou-se sua controladora.

Ter 30% de todo o potencial de geração de energia elétrica do país, como é o caso da Eletrobras, em poucas mãos poderia fazer com que o grupo controlador, diz Ramos, da USP, se

tornasse um “price maker”, ou seja, que passasse a influenciar nos preços da energia.

Desinvestimento

Em paralelo ao processo de privatização, a Eletrobras também deve ficar menor. Sob a gestão do atual presidente, Wilson Ferreira Júnior - que, na opinião dos especialistas, tem feito bom trabalho na tentativa de reequilibrar a empresa financeiramente -, o grupo já vinha se preparando para se desfazer de alguns de seus negócios.

Cristopher Vlavianos, presidente da Comerc, maior gestora de energia do país, lembra da venda, em novembro do ano passado, da Celg-D, distribuidora de energia de Goiás, e do anúncio, feito há dois meses, da intenção de vender as outras seis distribuidoras até o fim de 2017.

Também está em curso um programa de demissão voluntária que deve enxugar quase metade do quadro de funcionários, dos atuais 23 mil, para algo em torno de 12 mil.

Ficarão de fora da privatização, ainda, as usinas nucleares de Angra, já que a Constituição prevê que apenas o Estado seja seu controlador, e Itaipu, que também pertence ao Paraguai.

Energia mais cara?

Dorel Ramos, da USP, e Nivalde de Castro, da UFRJ, avaliam que a conta de luz vai ficar mais cara após a desestatização. A razão principal é a mudança prevista para o regime de comercialização da energia produzida pelas usinas da Eletrobras, a chamada “descotização”.

Desde 2012, quando foi instituída a Medida Provisória 579, as usinas vendem às distribuidoras energia abaixo do preço de mercado, através de cotas. Atualmente, 14 hidrelétricas da Eletrobras estariam aptas à mudança, que elevaria os preços dos contratos às médias praticadas no mercado.

A “descotização”, discutida ainda antes da desestatização, por meio de uma consulta que o Ministério de Minas e Energia lançou em julho para debater mudanças no marco regulatório do setor, prevê o pagamento de um bônus à União - os R\$ 20 bilhões que o governo espera arrecadar com a privatização e que seriam pagos com a emissão de ações da companhia.

Fonte: BBC

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Leidiane Souza

Diagramação: Leidiane Souza

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo,

Lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF